



## SUMÁRIO

A estratégia do Governo para o crescimento económico, emprego e fomento industrial, assenta no combate à burocracia, na competitividade fiscal e no reforço do financiamento às PME's. De entre as medidas-chave anunciadas, destacam-se a simplificação do licenciamento, a reforma do IRC e a criação de uma instituição financeira especializada no financiamento às PME's.

## CONTACTOS

António de Macedo Vitorino  
[Avitorino@macedovitorino.com](mailto:Avitorino@macedovitorino.com)

André Dias  
[adias@macedovitorino.com](mailto:adias@macedovitorino.com)

## Estratégia para o crescimento 2013-2020

No passado dia 23 de Abril de 2013 o Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, apresentou a estratégia do Governo para o crescimento, emprego e desenvolvimento industrial para o período 2013-2020.

Como parte desta estratégia o Governo definiu oito eixos de actuação, dos quais se destacam (i) a promoção do investimento, (ii) a competitividade fiscal e (iii) o reforço do financiamento às PME's. Entre outras medidas propõe-se:

- Reduzir os custos de contexto e combate à burocracia;
- Introduzir uma profunda reforma do IRC; e
- Criar uma instituição financeira especializada no financiamento das PME's e reforço e fomento do mercado de capital de risco.

No primeiro conjunto de medidas incluem-se, nomeadamente, a simplificação do licenciamento industrial que deverá assentar nas seguintes acções:

- Criação do Balcão do Empreendedor (*online*);
- Criação e dinamização de Zonas Empresariais Responsáveis (**ZER**); e
- Revisão dos regimes jurídicos de avaliação de impacto ambiental e do SILiAmb.

No âmbito da reforma do IRC, foram definidas algumas áreas-chave prioritárias, nomeadamente:

- Redução das taxas aplicáveis, de forma progressiva;
- Simplificação do sistema e eliminação de obrigações declarativas das empresas; e
- Revisão do regime fiscal aplicável aos grupos de sociedades e ao reporte e transmissão de prejuízos fiscais (*e.g.* operações de reestruturação).

Para promover o investimento, o Governo propõe ainda as seguintes medidas:

- Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (**CFEI**);
- Reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (**RFAI**); e
- Criação do Gabinete Fiscal do Investidor Internacional.

Quanto ao problema do financiamento das PME's, por muitos tido como essencial para o crescimento económico, a verdade é que, mais do que crédito bancário, muitas PME's necessitam de aumentar os seus capitais próprios e reduzir os seus níveis de endividamento, que são hoje os principais obstáculos ao seu crescimento e acesso ao crédito.

Deste modo, mais importante que garantir acesso ao crédito, o governo deverá desenvolver acções que permitam o reforço dos capitais próprios das PME's, nomeadamente, através da criação de incentivos (fiscais e outros) ao investimento. O esforço não pode, porém, ser feito unicamente pelo Estado. Para as empresa, mais importante do que os incentivos públicos ao investimento, será promover a abertura do capital a novos investidores, nacionais e estrangeiros, o que, em muitos casos, implica mudar a cultura de gestão de base pessoal e familiar.